



June de Araújo/Agência Senado



Sarney (D) recebeu ontem o presidente da Confederação Parlamentar das Américas, Jacques Chagnon

Sarney defende lista nominal sobre os salários dos servidores

O presidente do Senado acredita que a proibição de nomes na divulgação dos salários da Casa, conforme decisão da Justiça, não protege servidores e apenas dificulta a

transparência exigida pela Lei de Acesso à Informação. Ele afirmou que pretende concluir a reforma administrativa do Senado até fevereiro, quando termina sua gestão. **2**

Plano Brasil Maior domina a pauta no período eleitoral

Votações do Senado durante o esforço concentrado devem priorizar medidas provisórias sobre desoneração da folha de pagamento e sobre estímulo à indústria nacional. Até outubro, haverá apenas 12 sessões de votação em Plenário

Além de duas medidas provisórias previstas no Plano Brasil Maior, segundo o líder do governo, Eduardo Braga, somente projetos de consenso terão chance de serem votados durante o período de esforço concentrado do Senado, que começa nesta terça-feira.

Na pauta constam, além das MPs, o

restabelecimento da exigência de diploma de jornalista e projeto sobre cotas raciais e sociais em universidades federais. Mas uma terceira medida provisória — que institui linhas de crédito para fundos constitucionais do Norte, Nordeste e Centro-Oeste — pode ser aprovada pela Câmara e encaminhada ao Senado nos próximos dias. **3**

CPI do Cachoeira ouvirá ex-diretor do Detran-GO **4**

Genésio Buplister/SCO/STF



Ministros do Supremo Tribunal Federal durante sessão: a mais alta corte de Justiça começa hoje a julgar os acusados de envolvimento no caso do mensalão

Senadores destacam julgamento do mensalão

O presidente do Senado, José Sarney, disse crer que o STF fará um julgamento isento dos acusados de envolvimento no mensalão. Para Pedro Taques, o ministro Dias Toffoli deveria declarar-se impedido de julgar. **2**

Operadoras de celular terão de explicar ao Senado falhas no serviço **2**

Senadores lembram presença do país nos Jogos Olímpicos

A participação brasileira nas Olimpíadas de Londres foi lembrada ontem em discursos de senadores em Plenário. Rodrigo Rollemberg destacou a presença da ex-senadora Marina Silva na abertura dos Jogos, ao lado

de personalidades mundiais. João Vicente Claudino homenageou a judoca piauiense Sarah Menezes, que ganhou a primeira medalha de ouro para o país este ano. José Sarney parabenizou o Piauí. **4**

Alcior Filho/AGF/COB



Judoca brasileira Sarah Menezes, medalhista de ouro nas Olimpíadas de Londres 2012

Anibal apoia Venezuela e Bauer quer Paraguai no Mercosul **3**

Aloysio e Viana preocupados com número de homicídios **3**

Sarney defende divulgação nominal dos salários

Lista de remunerações do Senado na internet não traz nomes, em cumprimento a decisão judicial, mas presidente da Casa considera que isso não protege os servidores e dificulta a transparência

O PRESIDENTE DO Senado, José Sarney, defendeu ontem a divulgação nominal dos salários dos servidores da Casa. Segundo ele, trazer os dados mascarados por números de matrícula ou requerer informações pessoais de quem busca acesso aos dados apenas vai dificultar a transparência, e não proteger os servidores.

O Senado divulgou as remunerações de efetivos e comissionados anteontem, com base na Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/11). Em cumprimento à liminar do juiz federal Flávio Marcelo Sérgio Borges, da 17ª Vara do Distrito Federal, não foi feita a identificação nominal, embora o Senado já estivesse com os dados preparados para a divulgação. O acesso é feito no Portal da Transparência (www.senado.gov.br/transparencia).



Sarney diz que pretende concluir até fevereiro reforma administrativa da Casa

Sarney acrescentou que gostaria de concluir a reforma administrativa da Casa até fevereiro, quando termina sua gestão.

— Cumpri minha parte. Há dois anos entregamos [a proposta], mas até hoje ainda não tivemos a oportunidade de votá-la no Plenário — afirmou. Sobre a reforma do Código

Penal (PLS 236/12) — um dos principais temas em discussão no Senado —, Sarney avaliou como “excelente” o trabalho realizado pela comissão de juristas e disse esperar que a proposta tramite rapidamente no Congresso. Primeiro, o texto será analisado por uma comissão especial, depois seguirá para o Plenário.

Presidente da Confederação Parlamentar das Américas quer ampliar o diálogo

O presidente da Confederação Parlamentar das Américas (Copa), Jacques Chagnon, visitou ontem o presidente do Senado, José Sarney, acompanhado do senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) e da deputada federal Maninha (PSOL-DF). O objetivo da visita foi a ampliação da cooperação e do diálogo entre os parlamentos do continente.

Chagnon apresentou quatro prioridades de sua gestão: redução da mortalidade infantil,

melhora do nível de ensino médio, alcance do equilíbrio salarial entre homens e mulheres nas mesmas funções e garantia do acesso à água potável em todo o continente. Sarney, que é um dos fundadores da Copa, elogiou os objetivos e afirmou que o Senado está à disposição para colaborar.

O presidente da Copa disse que o Brasil é um membro importante do grupo por sediar uma das três secretarias. As outras ficam no México e



Chagnon visita o Senado brasileiro e expõe prioridades da sua gestão

no Canadá. Criada em 1997, a Copa reúne congressos e assembleias parlamentares de estados, parlamentos regionais e organizações interparlamentares das Américas.

Operadoras de celular darão explicações

A Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) aprovou requerimento para realização de audiência pública com o objetivo de averiguar a qualidade dos serviços de telefonia celular no Brasil. No encontro, também serão debatidas as recentes medidas punitivas contras operadoras adotadas

pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). O requerimento foi apresentado pelo presidente da comissão, Eduardo Braga (PMDB-AM), e por Walter Pinheiro (PT-BA).

O presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), Rodrigo

Rollemberg (PSB-DF), solicitou que a audiência pública fosse feita em conjunto com a sua comissão.

O presidente da CCT aprovou e sugeriu que a audiência ocorra no dia 8, antes da aprovação dos planos de investimentos a serem apresentados pelas operadoras à Anatel.

Presidente do Senado crê em isenção do STF sobre o mensalão

O julgamento do mensalão pelo Supremo Tribunal Federal precisa atender as expectativas nacionais, mas sem pressão nem emoção. A opinião é do presidente do Senado, José Sarney, para quem os ministros da mais alta corte do país estão preparados para definir um veredito isento

— É um problema da Justiça, que toda a nação está esperando, que seja um julgamento isento, um julgamento justo — avaliou.

Ele descartou a possibilidade de influência política no julgamento, afirmando que justiça significa justamente independência, com base nas leis e nas garantias constitucionais. O senador acredita que o julgamento não vai prejudicar o andamento dos trabalhos da CPI do Cachoeira, tanto quanto o período eleitoral.

— Acho que a CPI vai seguir o trabalho normal. A parte principal e mais visível ela já realizou — assinalou.

Sarney lembrou que os senadores retornam ao trabalho com duas semanas de esforço concentrado, cada uma com três dias de votação — de 7 a 9 e de 21 a 23 de agosto.



Senador diz que ministro não tem condições de julgar o mensalão

Taques vê suspeição ou impedimento de Toffoli no julgamento

Pedro Taques (PDT-MT) afirmou que o ministro do Supremo Tribunal Federal José Antônio Dias Toffoli deveria se declarar suspeito ou impedido no julgamento do mensalão. O ministro é conhecido por sua ligação com o PT, centro do escândalo que culminou com o processo.

— Teria ele condições psicológicas para enfrentar a verdade, que pode manchar a história do partido do qual ele fez parte a vida toda? — questionou Taques.

O senador destacou o fato de o ministro ter sido sócio, até 2009, de escritório de advocacia que trabalhou na defesa de outros envolvidos no caso do mensalão. A outra sócia do escritório, Roberta Rangel, é namorada de Toffoli, o que, segundo o Taques, é motivo para impedimento legal.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO: Discursos

14h A sessão é não deliberativa, destinada apenas a pronunciamentos e comunicados da Mesa.

PRESIDÊNCIA: Comunidades brasileiras no exterior

11h30 O senador José Sarney recebe o subsecretário-geral das Comunidades Brasileiras no Exterior, Sérgio Danese, e, às 12h, a diretora da Agência Nacional do Petróleo, Magda Maria Chambriard.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 14h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.gov.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Mesa do Senado Federal

Presidente: José Sarney

1º vice-presidente: Marta Suplicy

2º vice-presidente: Waldemir Moka

1º secretário: Cícero Lucena

2º secretário: João Ribeiro

3º secretário: João Vicente Claudino

4º secretário: Ciro Nogueira

Suplentes de secretário:

Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

Secretaria Especial de Comunicação Social

Diretor: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

Agência Senado

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Milena Galdino

Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.gov.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Silvio Burtle

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo e Pedro Pincer

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Aloysio defende segurança pública do governo de São Paulo



Waldemir Barreto/Agência Senado

Aloysio Nunes (PSDB-SP) reconheceu que o aumento do número de homicídios em São Paulo preocupa, mas disse que o governo estadual vem aprimorando o combate ao crime. Ele destacou que o *Mapa da Violência 2012*, do Instituto Sangari e do Ministério da Justiça, revela que São Paulo é o estado que mais reduziu o número de homicídios entre 2000 e 2010 — de 42,2 para 13,9 por 100 mil habitantes.

Viana sugere endurecimento da pena para homicídio



Waldemir Barreto/Agência Senado

Jorge Viana (PT-AC) defendeu punições mais severas para os crimes contra a vida, especialmente os homicídios. Ele é um dos 11 integrantes da comissão temporária que analisará o projeto do novo Código Penal. A proposta foi elaborada por uma comissão de juristas.

— Uma questão central é a vida. Sou favorável a uma mudança na pena mínima e máxima para homicídios. Se fizermos isso, o crime vai deixar de compensar.

Ana Rita apresenta voto de pesar pela morte de servidora



Moreira Mariz/Agência Senado

Relatora da CPI da Violência contra a Mulher, a senadora Ana Rita (PT-ES) apresentou voto de

“profundo pesar, revolta e tristeza” pela morte da servidora do Senado Cristiane Yuriko Miki, assassinada na semana passada.

— A morte de Cristiane ilustra dramaticamente como a violência atinge todas as mulheres, independentemente de cor, idade e classe social — disse a parlamentar.

Medidas provisórias sobre desoneração da folha de pagamento e sobre estímulos à indústria serão prioridade do Senado na primeira semana de votações do período que antecede eleições municipais

Esforço concentrado vai priorizar Plano Brasil Maior

A PRIMEIRA SEMANA de esforço concentrado do Senado durante o período eleitoral, prevista para começar dia 7, será dedicada à votação das medidas provisórias sobre desoneração da contribuição previdenciária patronal relativa à folha de pagamento (MP 563/12) e de ações de estímulo à indústria nacional (MP 564/12), ambas previstas no Plano Brasil Maior.

O líder do governo, Eduardo Braga (PMDB-AM), explicou ontem que os demais projetos só poderão ser votados se houver uma “janela” na próxima semana. Isso porque uma terceira medida provisória — a 565/12, que institui linhas de crédito especiais para os fundos constitucionais do Norte, Nordeste e Centro-Oeste — pode ser aprovada pela Câmara e encaminhada ao Senado nos próximos dias.

Na pauta constam, além das MPs, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 33/09, que restabelece a exigência de diploma de jornalista; e



Líder do governo, Braga fala a jornalistas sobre os trabalhos no período eleitoral

o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 180/08, que estabelece cotas raciais e sociais em universidades federais.

Braga ressaltou que será difícil aprovar projetos que não sejam MPs ou propostas de consenso. Até outubro, mês das eleições municipais, os senadores terão apenas 12 sessões de votação em Plenário. Ele assegurou que os trabalhos não serão contaminados pelo julgamento do mensalão, no Supremo Tribunal Federal.

Terminado o processo eleitoral, segundo Braga, o Senado

ficará com a pauta voltada para temas que têm prazos específicos, como a Lei Orçamentária de 2013, as novas regras do Fundo de Participação dos Estados e do Fundo de Participação dos Municípios, além do retorno da discussão sobre *royalties*, atualmente em análise na Câmara.

Sobre os mais de 300 destaques apresentados à MP do Código Florestal (571/12), Braga lembrou que o vencimento é em outubro, o que, segundo ele, dá ao Congresso tempo para definir o texto final.

Incentivo a empresa se vincula à criação de empregos, diz Braga

O senador Eduardo Braga afirmou que os incentivos tributários previstos na Medida Provisória 563/12, a ser votada pelo Senado neste mês, devem estar condicionados à contrapartida de geração de empregos.

A advertência coincide com o pedido do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos para que o governo interfira no sentido de evitar demissões na montadora

General Motors. A empresa foi chamada a dar explicações no Ministério da Fazenda.

Braga disse que um dos segredos do sucesso da estratégia do governo no enfrentamento da crise global em 2008 foi a manutenção dos empregos e da remuneração dos trabalhadores.

A MP 563/12 e a MP 564/12, que ampliam os incentivos do Plano Brasil Maior, devem ser votadas até o dia 15.



Pátio da montadora General Motors: sindicato pretende evitar demissões

Senado recebe MP que beneficia a economia

O Senado recebeu ontem o Projeto de Lei de Conversão (PLV) 19/12, decorrente da Medida Provisória (MP) 564/12.

A medida teve a vigência prorrogada até o dia 15 e deve entrar na ordem do dia da próxima terça-feira.

A medida provisória integra o Plano Brasil Maior, amplia as fontes de financiamento de setores afetados pela crise internacional e garante investimentos em projetos de grande vulto, dentro do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e das parcerias público-privadas (PPPs).

(Com informações da Agência Câmara)

Ana Amélia: greve mostra que Brasil é refém de rodovias

Ana Amélia (PP-RS) disse que a greve dos caminhoneiros mostrou o quanto o país é refém das rodovias. Ela afirmou que 70% das cargas que cruzam o Brasil utilizam rodovias, mas há alternativas.

— As estradas brasileiras são, erroneamente, o principal meio de transporte de mercadorias e passageiros — afirmou a senadora.

Ela disse que o governo deveria construir as paradas de repouso para os motoristas.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Para Anibal, entrada da Venezuela fortalece Mercosul

Anibal Diniz (PT-AC) se mostrou otimista com a adesão da Venezuela ao Mercosul. Ele acredita que o Mercosul terá mais peso econômico.

— A Venezuela tem uma das maiores reservas de petróleo do mundo. Sua incorporação torna o Mercosul economicamente mais robusto e detentor de uma maior dimensão geopolítica.

Ele lembrou que o bloco passa a ter uma população de 300 milhões de habitantes.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Bauer quer o fim da suspensão do Paraguai

Paulo Bauer (PMDB-SC) defendeu que o Brasil e os demais membros do Mercosul revejam a decisão de suspender o Paraguai das decisões e reuniões do bloco.

Para ele, a tranquilidade da situação política após a destituição do presidente Fernando Lugo é um indicativo de que o *impeachment* não foi uma decisão autoritária.

Na avaliação de Bauer, o afastamento do Paraguai acarreta prejuízos para a região Sul do Brasil.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Tomás Correia propõe discutir a malha ferroviária

Para Tomás Correia (PMDB-RO), que em julho assumiu a vaga de Valdir Raupp, o centenário da Ferrovia Madeira Mamoré, comemorado ontem, deveria motivar uma discussão sobre a expansão da malha ferroviária. Ele afirmou que o país precisa de ferrovias compatíveis



Waldemir Barreto/Agência Senado

com a posição que ocupa no cenário internacional, como uma das maiores economias.

— Não é exagero dizer que a Estrada de Ferro Madeira Mamoré é a mãe do estado de Rondônia. Através dela surgiu a cidade de Porto Velho, o território e o estado de Rondônia — disse o senador.

Sérgio Souza destaca papel da agricultura na economia

Sérgio Souza (PMDB-PR) destacou ontem o papel da agricultura na economia do país. Ele parabenizou as pessoas que atuam no setor, em especial as do Paraná, pelo Dia do Agricultor, celebrado no último sábado.

— Trata-se de um trabalhador de coragem, que não se abate. Falte chuva ou quando vem em demasia — afirmou.

O senador lembrou que o PIB do agronegócio cresceu 5,7% em 2011. Disse que, se a agricultura fosse tirada do PIB brasileiro, o crescimento do país seria muito pequeno. E criticou os elevados custos de produção.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Edivaldo de Paula, suspeito de ter sido indicado por Cachoeira para o cargo no governo goiano, aparece em gravação garantindo verba pública para empresa do contraventor

Ex-presidente do Detran de Goiás prestará depoimento a CPI no dia 15

A CPI DO Cachoeira marcou a data de dois depoimentos. Edivaldo Cardoso de Paula e Rosely Pantoja da Silva falarão aos parlamentares no dia 15.

Rosely é sócia da Alberto & Pantoja Construções, empresa tida pela Polícia Federal como integrante do esquema do contraventor Carlinhos Cachoeira.

Segundo a Polícia Federal, a Alberto & Pantoja é uma empresa de fachada de Cachoeira para lavar dinheiro da empreiteira Delta. Assim como a Brava Construções, ela tem endereço fictício: um

prédio numa cidade-satélite do Distrito Federal onde funciona uma oficina mecânica. Em maio, as duas empresas tiveram seus sigilos fiscal, bancário e telefônico quebrados pela CPI.

A Alberto & Pantoja também seria responsável pelo pagamento, em parte, ao jornalista Luiz Carlos Bordoni, por serviços prestados à campanha eleitoral de Marconi Perillo (PSDB) ao governo de Goiás.

Edivaldo Cardoso de Paula foi presidente do Detran de Goiás. Ele aparece em

gravações policiais garantindo o repasse de verbas do governo estadual para uma das empresas de Cachoeira. Suspeita-se que ele tenha sido indicado para o cargo pelo contraventor.

Mulher de Cachoeira

No dia 7, falarão à CPI a mulher de Cachoeira, Andressa Mendonça, e o policial federal aposentado Joaquim Gomes Thomé Neto, considerado um dos arapongas do grupo. No dia 8, será a vez da ex-mulher do contraventor, Andréa Aprígio, e do contador Rubmaier



Vital do Rêgo, presidente da CPI do Cachoeira: novos depoimentos

Ferreira de Carvalho, suspeito de ser o responsável pela abertura de empresas de fachada.

Comissão estuda convocar Russomanno

A CPI do Cachoeira recebeu um requerimento para a convocação do ex-deputado e atual candidato a prefeito de São Paulo Celso Russomanno (PRB). O pedido foi apresentado anteontem pelo líder do PPS na Câmara, deputado Rubens Bueno (PR).

Bueno quer que Russomanno explique a reportagem do jornal *Correio Braziliense* informando que o candidato foi citado por integrantes do grupo de Cachoeira em escutas telefônicas feitas pela Polícia Federal.

De acordo com o jornal, Russomanno aparece nos diálogos como detentor de R\$ 7 milhões, negociados pela organização num esquema de remessa para o exterior.

Russomanno encaminhou ofício ao presidente da CPI, senador Vital do Rêgo (PMDB-PB), pondo à disposição seus sigilos telefônico, bancário e fiscal. Ele se dispôs a depor.

Vital disse que levará o assunto para discussão na CPI no dia 14, data da primeira reunião deliberativa após o recesso.

— Tão logo surgiram citações a seu nome, o deputado se colocou à disposição. Se necessário, será convocado — afirmou.

Randolfe pede que Wilder explique ligação com Cachoeira

O senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) afirmou que espera uma explicação o mais rápido possível de Wilder Moraes (DEM-GO) sobre a relação com Carlos Augusto Ramos, o Carlinhos Cachoeira. Wilder assumiu o cargo no Senado mês passado, após a cassação do mandato de Demóstenes Torres.

Para Randolfe, Wilder — que aparece em gravações da Polícia Federal, no âmbito da Operação Monte Carlo — chega ao Senado em situação delicada, que exige esclarecimentos.

— Ainda não tivemos explicações do senador. Estou aguardando e espero que ele venha se explicar. E o local para explicações de parlamentar



Randolfe Rodrigues diz que novo senador precisa se explicar na tribuna

é o sagrado espaço da tribuna do Plenário — afirmou, referindo-se a escutas telefônicas da Polícia Federal divulgadas em julho nas quais Cachoeira afirma ter sido o responsável pela ascensão de Wilder Moraes em Goiás. Além disso, de acordo com a imprensa, o novo senador aparece agradecendo a Cachoeira por sua indicação para ocupar



Wilder Moraes ocupa vaga deixada por Demóstenes Torres

a Secretaria de Infraestrutura no governo de Marconi Perillo (PSDB), em Goiás.

Randolfe Rodrigues afirmou que “até a posse de Wilder se deu em situação um pouco suspeita” e lembrou que ele assumiu a vaga numa sexta-feira, “no fim de expediente, escondido e fugindo de tudo”, mesmo sendo um momento “teoricamente de regozijo,

júbilo e divulgação pública”.

Sobre a hipótese de mais uma cassação, o líder do PSOL no Senado preferiu manter a cautela e disse que ouvirá o que o parlamentar tem a dizer.

— Todo o Senado espera ouvir as explicações na terça-feira, e ele tem muito a falar. Um dos depoimentos para a CPI deve ser dele — afirmou.

Randolfe informou que pedirá uma acareação entre a mulher de Cachoeira, Andressa Mendonça, e o juiz Alderico Rocha Santos, que a acusou de tentar chantageá-lo para obter decisão judicial favorável ao contraventor. Na terça-feira, ela pagou fiança de R\$ 100 mil à Justiça Federal para não ser presa.

Requião cobra reparação de erro em processo judicial



Roberto Requião (PMDB-PR) disse ontem que encaminhou reclamação ao presidente do Conselho Nacional de Justiça, Carlos Ayres Britto, em que pede medidas contra erro administrativo material cometido por órgãos e integrantes do Tribunal de Justiça do Paraná.

Requião foi condenado a pagar indenização a um juiz em decorrência de processo iniciado em 1994, oriundo de episódio ocorrido quatro anos antes, em sua primeira campanha ao governo do Paraná. Requião foi condenado a pagar 720 salários mínimos e a arcar com os custos de publicação das 24 páginas de um acórdão inexistente sobre o caso, o que configuraria erro administrativo material.

Suplicy apoia divulgação de salário de servidores



Eduardo Suplicy (PT-SP) manifestou apoio à divulgação da remuneração de funcionários públicos, prevista na Lei de Acesso à Informação. Ele argumentou que “o povo é o patrão do servidor” e que não cabem os argumentos pela preservação da privacidade.

— O problema, na verdade, é outro: o pagamento de supersalários a servidores públicos num país como o nosso. Nenhum funcionário público terá sua privacidade devassada pela divulgação de sua remuneração. O povo, que paga os impostos, tem o direito de saber como e de que maneira é aplicado seu dinheiro.

Suplicy criticou a falta de transparência das assembleias legislativas estaduais.

Rollemberg destaca presença de Marina Silva nas Olimpíadas



Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) destacou ontem a presença de Marina Silva na abertura das Olimpíadas de Londres, sexta-feira. Ex-ministra do Meio Ambiente e ex-senadora, Marina foi convidada pela organização dos Jogos ao lado de outras personalidades mundiais, como o secretário-geral da Organização das Nações Unidas (ONU), Ban Ki-moon, e do ex-pugilista Muhammad Ali.

Em aparte, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) criticou o ministro do Esporte, Aldo Rebelo, que ironizou a participação de Marina nas Olimpíadas. Pedro Taques (PDT-MT) elogiou o pronunciamento de Rollemberg e disse que o povo brasileiro se fez presente em Londres por meio de Marina.

João Vicente propõe aplauso à judoca Sarah Menezes



João Vicente Claudino (PTB-PI) apresentou requerimento de voto de aplauso para a judoca piauiense Sarah Menezes, que conquistou a primeira medalha de ouro para o Brasil nas Olimpíadas de Londres.

João Vicente elogiou a atleta e relembrou as suas conquistas. Segundo o senador, Sarah Menezes já foi 11 vezes campeã brasileira, além de tetracampeã sul-americana e campeã pan-americana. O senador pediu que o voto de aplauso seja estendido aos pais da judoca e a seu treinador, Expedito Falcão.

O presidente do Senado, José Sarney, parabenizou o Piauí e disse que todos os brasileiros estão felizes com a medalha.

Projeto de Cássio amplia duração do mandato sindical



A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) analisará projeto que amplia a duração dos mandatos sindicais, atualmente de três anos, para quatro anos, com possibilidade de reeleição por um período subsequente. A proposta (PLS 252/12), do senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), também barra a participação de parentes dos titulares de cargos sindicais na eleição seguinte.

O senador propõe que fiquem inelegíveis o cônjuge e parentes consanguíneos e afins, até o segundo grau ou por adoção. Para Cássio, a participação de parentes nas eleições sindicais “favorece o continuísmo disfarçado” e gera o uso da máquina sindical para favorecer um candidato.